DIÁRIO OFICIAL

DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

FECAMRN

DIARIOOFICIAL.FECAMRN.COM.BR

FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO RIO GRANDE DO NORTE - FECAMRN

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN, RELATIVA À PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DO ANO DE 2026.

Ao vigésimo sétimo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis (2026), às 17h00min (dezessete horas e zero minutos), reuniu-se a Câmara Municipal de São Fernando, Estado do Rio Grande do Norte, situada a Rua Capitão João Florêncio n°45, Centro, São Fernando/RN, presidida pelo vereador José Dinovan de Araújo. Na oportunidade compareceram e assinaram o livro de presença os seguintes Vereadores: Dionísio Eulâmpio dos Santos Neto, Fernanda Lins de Medeiros Maia, Jubson Simões, Rubinaldo Dantas, Ianne Brilhante de Araújo, Francisco das Chagas Medeiros e Misael Bruno de Araújo Silva. Havendo quórum legal, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, sendo assim, convidou a senhora secretária da mesa Fernanda Lins de Medeiros Maia para fazer a leitura da Ata da sessão anterior. Após a leitura da ata, a mesma foi votada e aprovada. Em seguida, o Sr. Presidente autorizou a secretária da mesa para fazer a leitura das matérias encaminhadas, Requerimento Nº 01/2026, de autoria do Vereador Dionísio Eulâmpio - solicitando a reforma da caixa d'água que abastece a Comunidade Boa Vista. Requerimento Nº 02/2026, de autoria do Vereador Dionísio Eulâmpio - solicitando que seja promovido curso de primeiros socorros para os professores e funcionários das escolas municipais do município. Requerimento Nº 03/2026, de autoria do Vereador Dionísio Eulâmpio - solicitando a aquisição de climatizadores e umidificadores de ar para todas as escolas municipais do município. Veto Parcial ao Projeto de Lei Nº 02/2026, de autoria do Poder Executivo - VETAR PARCIALMENTE O PROJETO DE LEI N.°02/2026, NUMERAÇÃO APOSTA PELA CÂMARA MUNICIPAL, especialmente os incisos I e II do art. 2. °, da redação final depois da Emenda Modificativa n.º 02/2026. Veto Parcial ao Projeto de Lei Nº 04/2026, de autoria do Poder Executivo - VETAR PARCIALMENTE O PROJETO DE LEI N.º 04/2026, NUMERAÇÃO APOSTA PELA CÂMARA MUNICIPAL, especialmente os parágrafos 1. °, 2. ° e 3. °, do art. 8.º, redação dada pela Emenda Modificativa n. 01/2026. Fez o uso da Palavra o Vereador Rubinaldo Dantas, no qual saúda todos os presentes, como também os internautas, aos nobres colegas vereadores. Inicialmente, solicitou por meio de requerimento à Mesa Diretora e aos nobres colegas vereadores que seja avaliada a possibilidade de, durante o período chuvoso, as sessões legislativas serem realizadas no final da manhã ou no início da tarde. Justificou que, no período noturno, a visibilidade é reduzida e, em dias de chuva intensa, as condições de deslocamento tornam-se ainda mais difíceis e perigosas. Ressaltou que já houve situações anteriores em que as chuvas ocasionaram transtornos e dificuldades de acesso, inclusive envolvendo ex-parlamentar desta Casa. Destacou que a alteração provisória do horário, especialmente durante o período de inverno, contribuiria para garantir maior segurança aos vereadores, servidores e à população que acompanha as sessões presencialmente. Frisou que a medida visa assegurar melhores condições de tráfego e prevenir acidentes, considerando as limitações naturais enfrentadas nesse período do ano. Em seguida, apresentou requerimento solicitando a instalação de um redutor de velocidade em trecho específico da via pública, nas proximidades do CRAS. Informou que já houve registro de acidente no local e que, atualmente, existe redutor de velocidade em apenas um dos sentidos da via, o que não tem sido suficiente para coibir o tráfego em alta velocidade. Salientou que muitos ciclistas e condutores trafegam em velocidade elevada, aumentando o risco de acidentes, e que a implantação de novo redutor poderá contribuir significativamente para a redução da velocidade e maior segurança na travessia da via. Por fim, abordou a situação preocupante das estradas de contorno, especialmente no trecho da margem direita que segue da localidade conhecida como Bestas Bravas até Barra de Santana, o qual se encontra praticamente sem acesso. Relatou que o nível das águas está elevado e que, caso não sejam adotadas providências urgentes, há risco de interrupção total da passagem nos próximos dias. O Vereador mencionou ainda a má qualidade das condições da via, destacando a necessidade de intervenção do poder público estadual, tendo em vista que já houve encaminhamento da demanda às autoridades competentes. Ressaltou a importância de medidas urgentes para recuperação das estradas e garantia do direito de ir e vir da população, especialmente dos moradores e produtores rurais que dependem dessas vias para suas atividades diárias. Encerrando sua fala, reiterou a necessidade de providências por parte do Executivo e agradeceu a atenção do Senhor Presidente e dos demais colegas vereadores. Fez o uso da Palavra o Vereador Dionísio Eulâmpio dos Santos Neto, no qual saúda todos os presentes, como também os internautas, aos nobres colegas vereadores. Inicialmente, informou que vinha à tribuna para defender os três requerimentos apresentados nesta Casa Legislativa. O primeiro, de nº 01/2026, trata da reforma da caixa d'água que abastece as comunidades de Boa Vista, Serrote, Vassouras e circunvizinhas. Destacou que, embora a estrutura tenha sido construída pelo complexo habitacional/social, atualmente encontra-se necessitando de reforma, especialmente nas partes estruturais comprometidas. Salientou que o conserto da referida caixa, bem como o reforço na estrutura de reservação, será de grande importância para as famílias que residem naquela região, garantindo melhor abastecimento hídrico. Ressaltou, ainda, que se trata de obra de custo não elevado, solicitando a sensibilidade do Senhor Prefeito para a realização do serviço. Em seguida, defendeu requerimento que solicita a oferta de curso de primeiros socorros para os funcionários e professores da rede pública municipal. Enfatizou a grande importância da capacitação, considerando que esses profissionais lidam diariamente com crianças e adolescentes e podem se deparar com situações de emergência, como engasgos ou acidentes. Destacou que a necessidade é ainda maior nas creches, onde as crianças são mais vulneráveis. Informou que dialogou com professores e direção escolar, que manifestaram apoio à iniciativa, e que buscará entendimento junto ao Secretário Municipal competente e ao Chefe do Executivo para viabilizar a implantação do curso no município. Ainda dentro de sua fala, registrou sua participação na abertura da Semana Pedagógica, realizada antes do início do período letivo, ocasião em que observou as altas temperaturas enfrentadas no município. Apesar de as escolas já serem climatizadas, ressaltou a necessidade da instalação de umidificadores de ar nas unidades escolares, considerando que a umidade relativa do ar na região semiárida chegou a índices em torno de 20%, o que é prejudicial à saúde de alunos, professores e demais servidores. Assim, solicitou, por meio de requerimento, que sejam providenciados umidificadores para as escolas da rede municipal. Reforçou que as medidas apresentadas visam à melhoria das condições de trabalho dos profissionais da educação e ao bem-estar dos estudantes, contribuindo para um ambiente escolar mais saudável e adequado ao aprendizado. Prosseguindo, apresentou dois requerimentos verbais. O primeiro refere-se à criação de um vale-alimentação ou kit alimentação destinado às pessoas que se deslocam para outros municípios a fim de realizar exames médicos. Argumentou que muitos munícipes não dispõem de condições financeiras sequer para adquirir água ou alimentação durante a viagem, que frequentemente ocorre de madrugada e se estende por todo o dia. Defendeu que o município ofereça esse suporte como forma de assistência e dignidade aos usuários do sistema de saúde. O segundo requerimento verbal trata da questão dos parques de vaquejada. Destacou que o município não dispõe de parque público para a prática da modalidade, existindo apenas estruturas particulares. Sugeriu ao Senhor Prefeito que avalie a possibilidade de incentivo e apoio aos praticantes locais, permitindo a realização de eventos que valorizem a cultura nordestina e os amantes da vaquejada, entendida como tradição esportiva e cultural da região. Informou também aos agricultores do município que já se encontram disponíveis, na Secretaria Municipal de Agricultura, as sementes para o plantio, no horário das 7h às 13h. Comunicou que estão sendo distribuídas sementes de sorgo e feijão, destinadas aos produtores que desejam realizar o plantio neste período. Por fim, manifestou-se acerca da matéria em votação na presente sessão, ressaltando sua grande importância para o município e para os servidores presentes. Declarou seu voto desfavorável ao veto do Executivo, reconhecendo a dedicação diária dos trabalhadores e considerando justa a gratificação discutida. Encerrando sua fala, agradeceu ao Senhor Presidente e aos demais colegas vereadores. Fez o uso da Palavra o Vereador Francisco das Chagas Medeiros, no qual saúda todos os presentes, como também os internautas, aos nobres colegas vereadores. Inicialmente, registrou palavras de fé e agradecimento a Deus, ressaltando que somente Ele tem o poder de transformar situações difíceis e conduzir os destinos da humanidade. Afirmou sua gratidão pelas bênçãos concedidas e destacou que, independentemente das circunstâncias, é necessário reconhecer a soberania divina e manter a confiança. Em seguida, apresentou requerimento verbal solicitando que seja avaliada a possibilidade de implantação de uma unidade de saúde ou ponto de apoio do PSF nas dependências da antiga creche. Sugeriu que a unidade possa funcionar com plantão de quatro horas e, durante a semana, a partir das 7 horas da manhã, considerando a carência de atendimento imediato naquela localidade. Argumentou que muitos munícipes, ao necessitarem de atendimento rápido para situações simples, como dores ou mal-estar, acabam tendo que se deslocar para outras cidades, quando poderiam ser atendidos no próprio município. Destacou que o espaço físico é adequado e que a medida proporcionaria maior comodidade e assistência à população. Na sequência, abordou a situação das estradas do município, reconhecendo as dificuldades enfrentadas pela Prefeitura diante das fortes chuvas. Ressaltou que a problemática também envolve obras executadas sob responsabilidade do Governo do Estado e de empresas contratadas. Em aparte concedido ao Vereador Rubinaldo, foi ressaltada a necessidade de fiscalização por parte do Estado quanto às obras executadas, considerando possíveis falhas estruturais. Em aparte concedido ao Vereador Dionísio afirmou que, além da fiscalização, houve falha na escuta da experiência do homem do campo. Segundo ele, desde o início das obras, não houve a devida consideração ao conhecimento das pessoas que vivem há décadas nas localidades afetadas e que conhecem o comportamento dos riachos e das enchentes. Salientou que, embora os projetos tenham sido elaborados por engenheiros, faltou diálogo com a população local. Destacou que materiais de baixa qualidade e planejamento inadequado contribuíram para os problemas atuais, como estradas danificadas e dificuldades de tráfego. Acrescentou que os prejuízos já eram previstos e debatidos em reuniões anteriores, e que, felizmente, parte dos recursos ainda não foi totalmente liberada, permitindo que reparos estejam sendo realizados antes da conclusão definitiva das obras. Retomando a fala o Vereador Chagas, prosseguindo, o parlamentar manifestou preocupação com a situação da caixa d'água que abastece o município. Informou que, no ano passado, esteve na CAERN juntamente com a Vereadora Ianne, ocasião em que dialogaram com a direção do órgão sobre as condições estruturais da referida caixa. Alertou que a estrutura não apresenta segurança adequada e que, caso ocorra desmoronamento, poderá haver uma tragédia de grandes proporções, além de comprometer o abastecimento de água da cidade. Solicitou que a Presidência da Casa encaminhe ofício ao diretor responsável, requerendo providências urgentes. Informou que pretende formalizar requerimento por escrito, aberto à assinatura dos demais vereadores, para que o pleito tenha maior força institucional. Por fim, posicionou-se quanto à matéria relacionada ao veto do Prefeito Municipal, declarando-se contrário, por entender que o momento exige cautela e responsabilidade com os recursos públicos. Encerrando sua fala, agradeceu ao Senhor Presidente e aos demais colegas vereadores. Fez o uso da Palavra a Vereadora Ianne Brilhante de Araújo, no qual saúda todos os presentes, como também os internautas, aos nobres colegas vereadores. Inicialmente, registrou sua emoção ao acompanhar, por meio das redes sociais, a situação enfrentada por moradores da zona rural, destacando as dificuldades vivenciadas pelas famílias trabalhadoras do campo. Ressaltou que o povo da zona rural é responsável por grande parte da movimentação econômica do município, contribuindo significativamente tanto para a zona urbana quanto para o fortalecimento financeiro da cidade. Agradeceu a Deus pelas chuvas recentes, que trazem esperança e renovação para os agricultores, apesar dos transtornos ocasionados em algumas localidades. Em seguida, passou a tratar de uma das pautas consideradas mais importantes da sessão, o veto parcial do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 002. Informou que, desde já, seu posicionamento é contrário ao veto apresentado. A Vereadora afirmou que, a seu ver, a decisão do Executivo demonstra que a matéria vetada não foi tratada como prioridade pela gestão municipal. Destacou que há cargos que recebem remuneração superior e que, diante disso, entende que a categoria atingida pelo veto não merece passar por essa situação, especialmente considerando que já enfrenta salários defasados. Salientou que os servidores desempenham suas funções com dedicação, prestando relevantes serviços à população, e que o pleito apresentado não representa privilégio, mas sim a busca pelo básico e pelo justo reconhecimento do trabalho exercido. Reafirmou seu voto contrário ao veto parcial e declarou seu apoio aos profissionais presentes, manifestando esperança de que a votação resulte em vitória para a categoria. Reforçou que sua posição é pautada no compromisso com a valorização dos servidores e na defesa da justiça salarial, reiterando que os trabalhadores podem contar com seu apoio nesta Casa Legislativa. Encerrando sua fala, desejou boa noite a todos e pediu a bênção de Deus sobre os presentes, reafirmando solidariedade e apoio à categoria envolvida. Fez o uso da Palavra a Vereadora Fernanda Lins de Medeiros Maia, no qual saúda todos os presentes, como também os internautas, aos nobres colegas vereadores. Inicialmente, quero agradecer ao colega Vereador Dionísio pelos requerimentos apresentados e declarar meu voto favorável, especialmente no que diz respeito à reforma da caixa d'água da comunidade de Boa Vista. Trata-se de uma demanda urgente e necessária. Vivenciamos recentemente um período de grande dificuldade com a escassez de água em nosso município. Graças a Deus, as chuvas têm chegado, amenizando essa situação. Contudo, agora precisamos resolver os problemas estruturais existentes para garantir que a água chegue efetivamente à população, sem desperdícios ou riscos. Não adianta termos abastecimento se a estrutura física não oferece segurança nem condições adequadas de funcionamento. Há dois anos, trouxe a esta Casa um vídeo mostrando a situação da caixa d'água do nosso município. A estrutura já apresentava sérios vazamentos e sinais evidentes de deterioração. Quem passa pelo local constata o estado de calamidade. Além do desperdício, trata-se de um risco para a população que reside nas proximidades, principalmente diante de fortes chuvas, ventos intensos, trovões e relâmpagos. A estrutura encontra-se comprometida e representa perigo real. Na ocasião, encaminhamos ofício conjunto solicitando providências à Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN). Em discursão os vereadores Jubson Simões e Francisco das Chagas comentaram que o Prefeito esteve em Natal, estivemos presentes, reivindicamos, e recebemos a informação de que as melhorias seriam realizadas após a conclusão de intervenções em outras localidades. No entanto, passados mais de dois anos, nenhuma providência foi efetivamente adotada. Retomando a fala a vereadora disse que recentemente, recebi novos vídeos mostrando que a situação está ainda pior do que antes. A estrutura segue deteriorando-se, sem qualquer intervenção concreta. Batemos à porta da empresa reiteradas vezes e não obtivemos resposta satisfatória. Dessa forma, além de declarar meu apoio ao requerimento apresentado, solicito que seja aberto um parêntese para que possamos encaminhar ofício assinado por todos os vereadores, reforçando o pedido de providências imediatas quanto à reforma da caixa d'água, demonstrando a união desta Casa em defesa da população. Outro ponto que trago hoje diz respeito aos dois vetos encaminhados pelo Senhor Prefeito. Quanto ao veto relacionado à taxa de esgoto, compreendo parcialmente a justificativa de inconstitucionalidade acerca da forma de pagamento em duas parcelas. O projeto previa um valor de R$ 6,58, e o veto incidiu apenas sobre a forma de cobrança em dois pagamentos. Caso realmente haja vício de inconstitucionalidade, buscarei análise jurídica para os encaminhamentos cabíveis. Nosso objetivo sempre foi evitar onerar excessivamente a população. Entretanto, no que se refere ao veto ao projeto que trata da estrutura remuneratória dos servidores, manifesto minha discordância. Não se trata de aumento salarial, mas de reajuste e adequação à própria legislação municipal estabelecida em 2009, que fixou diferença de 15% entre os níveis. Atualmente, a proposta encaminhada reduz drasticamente essa diferença, chegando a valores irrisórios entre níveis fundamental e médio. Ressalto que realizei os cálculos individualmente, servidor por servidor totalizando 19 funcionários e o impacto financeiro apresentado não corresponde aos números informados no veto. A estimativa que nos foi apresentada apontava impacto de mais de R$ 16 mil, porém, conforme os cálculos detalhados realizados, o valor não alcança R$ 6.200,00. Tivemos todo o cuidado de analisar o impacto financeiro para não onerar indevidamente os cofres públicos. O que buscamos é apenas manter a coerência com a legislação já existente, garantindo justiça remuneratória entre os níveis fundamental, médio e superior. Não estou em desacordo com a gestão, mas defendendo o cumprimento da lei vigente. A diferença proposta é razoável, equilibrada e justa. Em discursão com o vereador Dionísio reafirmaram, ainda, preocupação com a segurança jurídica das leis aprovadas nesta Casa. Precisamos votar com responsabilidade, analisando impactos presentes e futuros, para evitar retrocessos e frustrações aos servidores que criam expectativas legítimas. Retomando a fala a vereadora Fernanda finalizou, reafirmando meu compromisso com todos os funcionários públicos municipais. Sempre estarei ao lado daqueles que trabalham e contribuem diariamente para o funcionamento do nosso município. Diante do exposto, declaro meu voto contrário ao veto do Senhor Prefeito. Era o que tinha a declarar. Muito obrigada. Fez o uso da Palavra o Vereador Misael Bruno de Araújo Silva, no qual saúda todos os presentes, como também os internautas, aos nobres colegas vereadores. Inicialmente, apresento requerimento verbal à Mesa Diretora para que seja encaminhada solicitação ao Poder Executivo Municipal, bem como às empresas responsáveis por obras em andamento no município, para que redobrem a atenção quanto à proliferação de mosquitos, especialmente neste período de chuvas. Observamos que diversas construções e obras estão acumulando água parada, o que pode contribuir para o aumento de focos do mosquito transmissor de doenças. É fundamental que o Município fiscalize e oriente as empresas parceiras para que adotem medidas preventivas, evitando transtornos futuros à saúde pública. Não apenas em praças ou obras específicas, mas em todos os empreendimentos em execução, é necessário que haja responsabilidade e acompanhamento rigoroso. Mudando de pauta, relembro que no final de 2023 e início de 2024, fomos convidados para uma reunião na Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), juntamente com o superintendente do órgão. Na ocasião, apenas o vereador Chagas pôde comparecer, por questões superiores que impediram os demais vereadores de estarem presentes. Naquela reunião, ficou acordado que, após a conclusão de determinadas obras em outras localidades, seriam adotadas providências para São Fernando, incluindo melhorias no sistema de abastecimento. Também foi discutida a necessidade da construção de uma nova caixa d'água para atender o Conjunto Vital Galdino, localidade que já conta com mais de mil famílias e que enfrenta constantes dificuldades no abastecimento. Entretanto, estamos em 2026 e a situação permanece sem solução. Quando falta água, é necessário priorizar o abastecimento do centro da cidade e do hospital, enquanto outras localidades aguardam o enchimento das caixas. Isso demonstra que o sistema atual já não comporta o crescimento do município. Com todo respeito, entendo que falta boa vontade por parte da CAERN e do Governo do Estado em resolver definitivamente essa situação. Reconheço que o Governo Estadual tem realizado ações importantes em áreas como segurança e infraestrutura, mas, como representante do povo de São Fernando, preciso cobrar aquilo que é essencial para nossa população: água nas torneiras. Pergunto: o que efetivamente foi feito pelo Governo do Estado para melhorar o abastecimento em nosso município? Até o momento, infelizmente, pouco ou nada. Por essa razão, manifesto minha insatisfação quanto à condução dessa questão, pois nosso compromisso é com o povo de São Fernando. Senhor Presidente, também quero me posicionar acerca dos dois vetos encaminhados pelo Prefeito. O primeiro trata da taxa de esgoto, vetada sob a justificativa de ilegalidade. O segundo refere-se ao projeto que dispõe sobre a reestruturação dos cargos e adequação salarial dos servidores municipais, abrangendo os níveis fundamental, médio e superior. Quando o projeto chegou a esta Casa, gerou amplo debate. No ano passado, houve concessão de reajuste para determinadas categorias, enquanto outras ficaram sem atualização. Entendo que nenhum trabalhador deve receber apenas o salário mínimo sem perspectiva de valorização, especialmente quando exerce função essencial ao funcionamento da administração pública. O servidor de nível médio, em especial, encontra-se há anos sem reajuste compatível, e a proposta buscava corrigir distorções acumuladas ao longo do tempo. O projeto tinha como objetivo promover uma compensação justa, considerando perdas inflacionárias e a necessidade de equilíbrio entre os níveis. Compreendo que o Prefeito deve observar a saúde financeira do município. Contudo, como vereador eleito pelo povo, não posso votar contra uma categoria de servidores que desempenha papel fundamental na gestão pública. Já enfrentamos recentemente situações semelhantes, inclusive relacionadas à aplicação de reajustes que foram concedidos a professores em âmbito estadual. Esses episódios nos levam a uma reflexão de consciência sobre justiça e valorização profissional. Portanto, com minha consciência tranquila e convicto de minha responsabilidade como representante do povo, manifesto meu voto contrário ao veto do Prefeito no que se refere ao projeto de cargos e salários dos servidores municipais. Os funcionários públicos merecem respeito, valorização e remuneração justa. Por fim, desejo uma boa noite a todos e que Deus nos abençoe. Era o que tinha a declarar. Fez o uso da Palavra o Vereador Jubson Simões, no qual saúda todos os presentes, como também os internautas, aos nobres colegas vereadores. Senhor Presidente, inicio minha fala tratando novamente da situação do abastecimento de água em nosso município. A problemática da caixa d'água e do sistema de distribuição já ultrapassou todos os limites aceitáveis. Não se trata apenas de um problema pontual, mas de uma situação que vem se arrastando há anos. Nós temos dialogado, solicitado providências, feito ofícios e buscado reuniões, inclusive junto à Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), mas, infelizmente, não temos recebido respostas concretas. A população está cansada de promessas. Promessa não resolve o problema de quem abre a torneira e não encontra água. Chega um momento em que é preciso mudar a estratégia. Conversar é importante, mas quando o diálogo não surte efeito, é necessário buscar outros meios institucionais para garantir o direito da população. O abastecimento de água é essencial e não pode ser tratado com descaso. Também destaco a necessidade de investimentos estruturantes, como a construção de nova caixa d'água para atender bairros que cresceram significativamente. Nosso município se desenvolveu, novas famílias chegaram, e o sistema atual não acompanha essa expansão. Outro ponto que trago é a questão da infraestrutura urbana. Há ruas sem pavimentação, locais onde a população caminha sob risco, especialmente em áreas de grande circulação. Precisamos priorizar essas demandas, pois impactam diretamente na qualidade de vida das pessoas. No tocante às políticas públicas, também levanto a importância de investimentos na área social e psicológica, garantindo suporte adequado à população, principalmente aos que mais necessitam. São ações que muitas vezes não aparecem de forma imediata, mas fazem grande diferença no futuro. Passando à pauta dos vetos do Executivo, é importante destacar que esta Casa é composta por vereadores que, embora integrem a base de apoio à gestão, têm compromisso maior com o povo. Nosso papel é analisar cada projeto com responsabilidade e independência. No caso do veto ao projeto de reajuste salarial dos servidores, entendo que houve falha na construção do diálogo prévio. Faltou uma conversa mais ampla com a bancada para que se chegasse a um consenso antes do envio do veto. O que foi feito por esta Casa não foi aumento irresponsável, mas adequação salarial. Tratou-se de reajuste para corrigir distorções, especialmente do nível médio, que estava há anos com salários congelados. Não se pode ignorar a realidade de servidores que recebem cerca de R$ 1.600,00 e enfrentam dificuldades para sustentar suas famílias diante do alto custo de vida. Já manifestei pessoalmente ao gestor que o veto seria derrubado, porque entendemos que é justo garantir essa adequação. Não se trata de afronta, mas de cumprimento do nosso dever de representar os servidores. Com relação ao veto sobre a taxa de esgoto, esclareço que o projeto previa a possibilidade de pagamento dividido em duas parcelas, dado o valor baixo da taxa. O veto não alterou o valor, mas apenas a forma de pagamento. Nesse ponto específico, entendemos que é possível manter a cobrança em parcela única, sem prejuízo ao contribuinte. Quero destacar também o trabalho realizado por esta Casa na análise da taxa de lixo e do IPTU. O projeto original encaminhado pelo Executivo previa valores bem superiores. Após debate e emendas inclusive de minha autoria conseguimos reduzir significativamente os valores, protegendo a população de cobranças excessivas. Se não fosse a atuação firme dos vereadores, muitos cidadãos estariam pagando valores muito maiores. O papel do vereador é exatamente esse analisar, corrigir e adequar projetos para que não prejudiquem o povo. Aparte da Vereadora Fernanda Lins, A Vereadora Fernanda Lins esclareceu que, no caso da taxa de esgoto, o veto tratou apenas da forma de pagamento, não havendo alteração no valor fixado. Reforçou que o projeto aprovado por esta Casa representou apenas reajuste salarial, e não aumento, adequando os vencimentos conforme previsão legal estabelecida anteriormente. Aparte da Vereadora Ianne Brilhante, A Vereadora Ianne ressaltou que o município poderia fazer um contrato com a CAERN e assim cobrar que um exemplo a empresa tivesse 4 anos para realizar o esgoto geral da cidade. Aparte do Vereador Dionísio, O Vereador Dionísio ressaltou que a criação das taxas de lixo e esgoto decorre de determinação de leis federais, não sendo iniciativa isolada do Executivo ou do Legislativo municipal. Esclareceu que, caso o município não instituísse as cobranças, poderia sofrer sanções e perder recursos federais. Destacou ainda que nenhum cidadão gosta de pagar impostos, mas que a medida é exigência legal. Retomando a fala o Vereador Jubson complementou afirmando que a instituição das taxas é obrigatória por força de legislação federal, sendo condição inclusive para recebimento de transferências e recursos da União. Destacou que esta Casa cumpriu seu papel ao reduzir os valores inicialmente propostos, protegendo os contribuintes. Reafirmo que o diálogo precisa ser constante entre Executivo e Legislativo. Quando há conversa prévia e construção conjunta, evitam-se desgastes desnecessários. Esta Casa tem demonstrado responsabilidade fiscal e compromisso social. Quando reduzimos taxas, quando adequamos salários, estamos buscando equilíbrio entre a saúde financeira do município e a justiça com a população e os servidores. Portanto, anuncio meu voto pela derrubada do veto referente ao reajuste salarial, por entender que se trata de medida justa e necessária. Quanto ao veto relacionado à forma de pagamento da taxa de esgoto, acompanho o entendimento construído em consenso. Finalizo agradecendo a todos pela atenção e reafirmando meu compromisso com o povo do nosso município. Muito obrigado. Fez o uso da Palavra o Vereador José Dinovan, no qual saúda todos os presentes, como também os internautas, aos nobres colegas vereadores. Inicio minha fala abordando uma questão que tem sido amplamente debatida nesta Casa a atuação do Governo do Estado em relação ao nosso município. Eu sigo, em parte, a mesma linha de raciocínio já apresentada pelo vereador Bruno, no que diz respeito à necessidade de maior atenção do Governo do Estado às demandas de nossa cidade. Temos reivindicações importantes, como melhorias no sistema de abastecimento de água, intervenções na zona rural e outras obras estruturantes que ainda aguardam solução definitiva. É evidente que o povo espera que o Governo do Estado olhe para nosso município com mais atenção e resolva pendências que se arrastam há anos. A situação da caixa d'água, por exemplo, já foi amplamente discutida nesta Casa. Entendo, inclusive, que a melhor solução seria a construção de uma nova estrutura, em local mais adequado e com maior altura, para resolver de forma definitiva o problema do abastecimento. No tocante aos vetos encaminhados pelo Executivo Municipal, quero deixar clara minha posição. Meu voto é aberto e consciente. Entendo que precisamos ter posicionamento firme nesta Casa. No caso do veto ao projeto que trata do reajuste salarial dos servidores, já tenho opinião formada: votarei contra o veto. Entendo que o projeto buscou assegurar um percentual justo aos servidores, promovendo adequação necessária. Meu posicionamento não é pessoal, é institucional, pensando na valorização do funcionalismo público. Já com relação à taxa de esgoto e demais matérias correlatas, entendo que o debate deve ser feito com responsabilidade. Sabemos que existem exigências legais que precisam ser cumpridas, mas também precisamos analisar a realidade financeira da população. Aparte do Vereador Francisco das Chagas, O Vereador Francisco das Chagas solicitou aparte para reforçar que o debate sobre Governo do Estado deve ser feito com equilíbrio. Destacou que é legítimo cobrar mais ações e investimentos para o município, mas também é importante reconhecer as parcerias já realizadas, como obras de infraestrutura e perfuração de poços. Ressaltou ainda que o papel do vereador é defender os interesses da população, mantendo postura crítica, porém responsável. Retomando minha fala, agradeço ao vereador Francisco das Chagas pelo aparte e concordo que o equilíbrio deve nortear nossas colocações. Reafirmo que nosso compromisso maior é com o povo do nosso município. Devemos cobrar quando necessário, reconhecer quando for justo e, acima de tudo, trabalhar unidos para que nossa cidade avance. Era o que tinha a declarar. Muito obrigado e boa noite a todos. Não havendo oradores o Sr. Presidente declarou aberto a Ordem do Dia e autorizou ao secretário da mesa, a colocar em pauta as matérias que serão votadas. Requerimento Nº 01/2026 - aprovado por unanimidade dos edis presentes; Requerimento Nº 02/2026 - aprovado por unanimidade dos edis presentes; Requerimento Nº 03/2026 - aprovado por unanimidade dos edis presentes; Veto Parcial ao Projeto de Lei Nº 02/2026 - Rejeitado com 08(oito) votos contrários; Veto Parcial ao Projeto de Lei Nº 04/2026 - aprovado por 06(seis) votos a favor, 01(um) contrário e 1(um) abstenção. Não havendo mais nada a ser tratado, o Sr. Presidente declarou encerrada a presente sessão.

Eu, Ana Amélia Meira Dantas, Digitadora de Documentos, redigi e digitei a presente ata em folhas soltas, numeradas manualmente, seguindo uma sequência contínua a ser encerrada na centésima folha para encadernação, as quais encontram-se assinadas no cabeçalho com a assinatura..., da qual faço uso.

Publicado por: JOSÉ DINOVAN DE ARAÚJO
Código Identificador: 62486144